

PLANO DE AÇÃO PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



FICHA TÉCNICA

Presidente do Conselho

Deliberativo Nacional

José Zeferino Pedrozo

Diretor-Presidente

Décio Nery de Lima

Diretor Técnico

Bruno Quick Lourenço de Lima

Diretor de Administração e Finanças

Margarete de Castro Coelho

Coordenação Geral

Alexander Alvarenga

Andrea Sekeff

Arthur Carneiro

Débora Targino

Helena Rego

Jamile Sales

Contribuições Regionais

Sebrae AL

Renata Fonseca

Sebrae BA

Cecilia Miranda

Sebrae ES

Pedro Rigo

Adriana Rocha

Anderson Baptista

Carla Bortolozo

Ivair Segheto

Ubirajara Nascimento

Sebrae MG

Ariane Vilhena

Sebrae PE

Fernando Clímaco

Sebrae RJ

Juliana Bastos Lohmann

Sebrae RS

Fabrcio Burkert

Sebrae SP

Guilherme Kessel

Rogério Lagos

Alexandre Garcia

Eduardo Ilário

Livia Torres

Jardel José Bulsarello

Sebrae SC

Soraya Tonelli

Penélope de Bortoli

Sebrae TO

Francisco de Assis Dias Ramos

Emerson Montenegro de Lima



Apoio Nacional

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) - BRA

Apoio Internacional

Administração de Desenvolvimento Econômico (EDA) - EUA
Administração de Pequenas Empresas - EUA
Agência Federal de Gestão de Emergências - EUA
Centro de Desenvolvimento de Pequenas Empresas - Universidade Internacional da Flórida (FIU) - EUA

Edição

Camila Fernandes
Juliana Cabrini



Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae

Unidade de Comunicação - SGAS 605 - Conjunto A - CEP: 70200-904 - Brasília/DF

Telefone: 0800 570 0800 - www.sebrae.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

SUMÁRIO

| | |
|----|--|
| 04 | Introdução |
| 05 | Palavra da Diretoria |
| 06 | Capítulo 1 - Plano de Ação |
| 09 | Capítulo 2 - Boas Práticas |
| 10 | Case Alagoas |
| 12 | Case Bahia |
| 14 | Case Espírito Santo |
| 16 | Case Minas Gerais |
| 19 | Case Pernambuco |
| 23 | Case Rio de Janeiro |
| 25 | Case Rio Grande do Sul |
| 27 | Case Santa Catarina |
| 29 | Case São Paulo |
| 32 | Case Tocantins |
| 34 | Capítulo 3 - Referências Internacionais |
| 44 | Anexo - Sebraetec e Linha de Reembolso |
| 45 | Anexo - Perguntas Frequentes |



INTRODUÇÃO

O sucesso de um negócio está diretamente ligado à forma como ele é administrado. Características como iniciativa, persistência, planejamento, busca constante por informações e aperfeiçoamento - tanto do empreendedor quanto dos funcionários - são decisivas para que o empreendimento tenha êxito.

Entretanto, por mais que o empreendedor se empenhe, cumpra com as suas obrigações, invista em tecnologia e na evolução do seu negócio, existem situações que estão fora de seu controle e que podem colocar tudo a perder.

Exemplo disso são as situações de calamidade registradas, praticamente todos os últimos verões, época de fortes chuvas que castigam várias regiões do País. Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina sofreram com as tempestades que causaram mortes, deixaram famílias desabrigadas e impactaram inúmeros negócios.

Entre os meses de janeiro e maio de 2022, ocorreram, no Brasil, 313 mortes em consequência das chuvas. Em fevereiro de 2023, apenas no litoral norte do estado de São Paulo, 65 pessoas morreram, 2.251 ficaram desalojadas e 1.815 desabrigadas.

Em todo o País, estradas foram destruídas, construções levadas pela água, afetando fortemente milhares de empreendedores. Este documento, elaborado pelo Sebrae, partiu da visão que um sistema de resposta predefinido permite a articulação adequada das ações e o melhor aproveitamento dos recursos, otimizando os resultados.

O Manual, portanto, se propõe a ser um guia para que as administrações regionais e o Sebrae auxiliem os empresários a reagir diante das adversidades, de forma que possam buscar alternativas no enfrentamento dos problemas e restabelecer suas atividades.

PALAVRA DA DIRETORIA

“A Constituição de 1988 declara que compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações. Para além das perdas em vidas e dos prejuízos socioambientais, o resultado de eventos adversos costuma ser devastador também para os donos de micro e pequenas empresas que atuam na localidade.

Este Manual resgata os principais desafios enfrentados por algumas regionais do Sebrae em desastres caracterizados como situação de emergência ou estado de calamidade pública. As dificuldades nas cidades atingidas vão desde a assistência médica e saúde pública, ao abastecimento de água potável, telecomunicações, geração e distribuição de energia elétrica.

O passo a passo proposto aqui facilita o processo decisório, permitindo maior agilidade no restabelecimento das atividades dos pequenos negócios. A proposta é aperfeiçoar o plano de ação em consonância com as atividades e programas já oferecidos pelo Sebrae em todo o país.

A matemática é clara: quanto mais preparados, informados, participativos e facilmente mobilizáveis forem o município, o estado e o Sebrae local, maior será a capacidade e agilidade de resposta para a recuperação e superação por parte das comunidades atingidas.

O Sebrae atende, desse modo, a um dos principais chamados da sua missão, que é contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país, apoiando as micro e pequenas empresas e valorizando a inclusão e proteção das comunidades locais.

Boa leitura!”

CAPÍTULO 1 PLANO DE AÇÃO

Este capítulo apresenta, de forma prática, recomendações das ações que devem ser realizadas em âmbito municipal, estadual e nacional para auxiliar em eventuais momentos adversos.

A atuação coordenada entre os atores governamentais e não governamentais envolvidos é fundamental na resposta à situação de emergência, organizando o esforço para minimizar seus efeitos.

Vale destacar que parte significativa das indicações a seguir considera a preparação prévia das organizações que possam vir a integrar a linha de frente em futuras emergências.

A. ESTADO OU MUNICÍPIO:

I. Fazer os cursos ofertados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para preparar os integrantes do Sistema de Proteção e Defesa Civil local a executar ações de gestão de riscos e de desastres. Os cursos, que são em EAD e gratuitos, estão disponíveis aqui. <https://www.gov.br/mdv/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/capitacoes/cursos-em-andamento>

II. Cadastrar e manter o cadastro de seu estado ou município atualizado no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) - <https://szid.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>;

III. Conhecer suas vulnerabilidades e elaborar Planos de Contingência, relacionando as ações de preparação e mitigação (anteriores ao desastre), bem como as de resposta (depois do desastre);

IV. Publicar Decreto de situação de emergência ou estado de calamidade pública, caso o desastre ocorra;

V. Acessar o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID) e solicitar o reconhecimento federal para ter acesso a recursos federais complementares para a execução de ações de resposta e reconstrução;

VI. Realizar a gestão do desastre, de forma articulada, sob a coordenação da defesa civil local. Os órgãos devem participar contribuindo com ações dentro de suas competências institucionais. Como exemplo, podemos citar os Corpos de Bombeiros nas ações de busca e salvamento e a Secretaria de Assistência Social no atendimento às pessoas afetadas, entre outros;

VII. Elaborar Plano de Recuperação Econômica em conjunto com os órgãos envolvidos, devendo incluir o Sebrae e secretarias de fazenda/finanças, turismo, desenvolvimento econômico, assistência social, Ministério Público, Federação do Comércio, Indústria e Agricultura, Banco do Brasil, CEF, Bancos locais, universidades, dentre outros;

VIII. Encaminhar Ofício do Governo do Estado ao Ministro da Fazenda, anexando o Decreto de estado de calamidade pública (situação de emergência não é aceita para prorrogação de tributos) nos municípios abrangidos e a Portaria de reconhecimento federal, solicitando a prorrogação do prazo para pagamento dos tributos federais relativos a 2 (dois) meses – o da ocorrência e o posterior - pelo período de 3 (três) meses, conforme Portaria MF n. 12/2012;

IX. Encaminhar Ofício do Governo do Estado ou do Secretário responsável pelo fisco estadual ao Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional, anexando o Decreto de estado de calamidade pública (situação de emergência não é aceita para prorrogação de tributos) nos municípios abrangidos e a Portaria de reconhecimento federal, solicitando a prorrogação do prazo para pagamento dos tributos do Simples Nacional de 3 (três) meses – o da ocorrência e os dois próximos – pelo período de 6 meses, conforme Resolução CGSN n. 97/2012. A partir de 01/01/24 pela nova Resolução CGSN 173/23, Estados e o Distrito Federal poderão indicar a prorrogação da data de vencimento dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional por até 6 meses. Será possível prorrogar o vencimento de até 3 períodos de apuração, contados da data do evento que ensejou a decretação do estado de calamidade.

X. Isentar ou prorrogar o pagamento de impostos e taxas de tributos Estaduais e Municipais;

XI. Isentar ou prorrogar o pagamento de serviços públicos;

XII. Dispensar ou postergar a exigência de multa por entrega de certidões e obrigações acessórias;

XIII. Permitir que as atividades atingidas possam se deslocar para outro endereço mais seguro para exercício do negócio sem os trâmites burocráticos de alteração de endereço.

B. SEBRAE ESTADUAL:

I. Criar Comitê Gestor Interno com áreas chave (Políticas Públicas, Atendimento, Competitividade e outras unidades chave para o plano) para facilitar as ações de apoio às MPE;

II. Ampliar pontos de coleta de doação utilizando as agências do Sebrae;

III. Realizar Seminários e Workshops (Ex. Salinas de Mãos Dadas e Retomada da Economia – MG);

IV. Fazer capacitação do atendimento para ter prontidão no atendimento das dores (Sebrae presente em sua empresa);

V. Apoiar na criação e indicação de linhas de crédito específicas (PE);

VI. Apoiar na gestão do fluxo de caixa e necessidade de capital de giro;

VII. Apoiar com Sebraetec;

VIII. Disponibilizar consultorias e mentorias especializadas;

IX. Levantar principais fornecedores;

X. Disponibilizar planilha com dicas para equalizar custos e contagem de estoque;

XI. Identificar oportunidades no Município ou no Estado de licitações públicas das quais as empresas atingidas pelo desastre possam participar;

XII. Implantar o Projeto Conta Paga Solidária (BA).
[Saiba mais.](#)

C. SEBRAE NACIONAL:

I. Elaborar Plano de Contingência Interna para dar agilidade;

II. Institucionalizar o serviço voluntário, contabilizando as horas como tempo de serviço;

III. Criar capacitação para a Rede de atendimento para situação de emergência e eventos críticos;

IV. Monitorar a imprensa nacional e regional, sugerir procedimentos de atendimentos à imprensa e conduzir os assuntos com os porta-vozes;

V. Realizar encontros sobre o tema com o Sistema Sebrae e parceiros;

VI. Participar de comitês/grupos técnicos referentes ao tema no âmbito nacional;

VII. Iniciar diálogo com seguradoras buscando tratamento diferenciado aos pequenos negócios em áreas de risco;

VIII. Apoiar em legislação para obtenção de recursos a fundo perdido;

IX. Monitorar práticas internacionais.



CAPÍTULO 2 BOAS PRÁTICAS

Para exemplificar as ações de enfrentamento a eventuais situações de crise, foram elencadas iniciativas adotadas pelo Sebrae em unidades da Federação afetadas por chuvas ao longo dos últimos anos. Tais ações formam um guia para situações de adversidades tanto para eventos relacionados às enchentes, quanto aos demais desastres naturais.

ALAGOAS

Para enfrentar um dos maiores desastres sofridos por Alagoas, em 2010, quando 47.897 pessoas ficaram desalojadas e 37 morreram, o Sebrae Alagoas implantou o **Projeto SOS Empresa**, visando o ressurgimento dos negócios e a criação de novos negócios, além da formalização dos informais, impulsionamento da competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte e o desenvolvimento local orientado para resultados, dentre outros efeitos positivos.

ENTENDA O PROJETO

Destinado a empreendedores rurais e urbanos, preferencialmente empresários de micro e pequenas empresas (indústria, comércio, serviços e agronegócios), estabelecidos em 19 municípios, sendo 15 em estado de calamidade pública - Atalaia, Branquinha, Cajueiro, Capela, Jacuípe, Joaquim Gomes, Murici, Paulo Jacinto, Quebrangulo, Rio Largo, São José da Laje, Satuba, Santana do Mundaú, União dos Palmares e Viçosa - e quatro em situação de emergência - Ibateguara, Jundiá, Matriz de Camaragibe e São Luís do Quitunde -, estimando o atendimento de aproximadamente 5.000 empreendimentos, entre formais e informais.

EXECUÇÃO DO PROJETO

Na execução, o Sebrae disponibilizou atendimento individual e/ou coletivo, consultoria gerencial e técnica para o diagnóstico, planejamento e implantação de projetos de recuperação dos empreendimentos atingidos direta ou indiretamente pelas enchentes. Uma equipe de 15 consultores atuou nos municípios avaliando os problemas locais.

O projeto foi realizado em cinco etapas: Estruturação e Gestão, Articulação, Divulgação/Sensibilidade, Atendimento Emergencial e Acompanhamento Técnico Empresarial. Teve início em julho de 2010 e foi finalizado em 2011.

ALAGOAS

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Na implantação do projeto o Sebrae Alagoas fixou seis objetivos para serem desenvolvidos entre julho de 2010 e dezembro de 2011. Confira a relação:

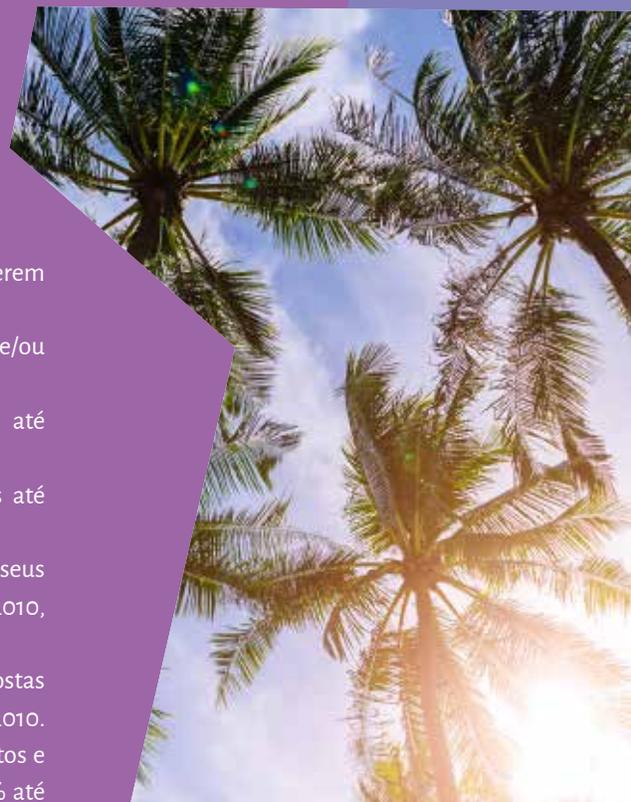
- 80% dos empreendimentos atingidos atendidos (atendimento individual e/ou coletivo e consultorias);
- 50% dos empreendimentos atingidos com atividades reiniciadas até dezembro/2011;
- 20% dos postos de trabalho nos empreendimentos afetados recuperados até julho/2011 e 40% até dezembro/2011;
- 80% dos empreendimentos atingidos com propostas de soluções para seus débitos bancários e de fornecedores, oriundos de contratos firmados até junho/2010, compatíveis com a capacidade de recuperação das empresas;
- Políticas de incentivo fiscal, voltadas as MPE beneficiárias do projeto, propostas aos 19 municípios atingidos pela enchente e ao Governo do Estado, até outubro/2010.
- Estímulo para que as MPE atendidas pelo projeto comercializem seus produtos e serviços, por meio das compras governamentais em 10% até julho/2011 e 20% até dezembro/2011.

Com a execução do projeto foi possível ampliar o atendimento às empresas no período por meio de soluções gratuitas.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

De acordo com a equipe de Alagoas, foram dois os principais aprendizados:

- É importante ter um plano nacional de apoio às empresas atingidas em desastres;
- O plano precisa conter, inclusive, capacitação da equipe de atendimento.



BAHIA

As chuvas do fim de 2021 castigaram a Bahia. Foram registradas 20 vítimas fatais em 116 municípios e as cidades localizadas no extremo sul baiano sentiram fortemente o impacto das tempestades.

As chuvas do fim de 2021 castigaram a Bahia. Foram registradas 20 vítimas fatais em 116 municípios e as cidades localizadas no extremo sul baiano sentiram fortemente o impacto das tempestades. Para socorrer os empresários, principalmente os que atuam nos pequenos negócios, o Sebrae Bahia criou o **Programa reConstruir** – a retomada do seu negócio, desenvolvido em parceria com prefeituras e entidades representativas da classe empresarial.

ENTENDA O PROJETO

A iniciativa visava unir forças para ajudar a mitigar e apoiar as micro e pequenas empresas impactadas pelas enchentes no Extremo Sul da Bahia, de forma a contribuir com a reativação da economia local.

O reConstruir foi concebido em três pilares. O primeiro deles foi a realização de encontros coletivos com os diversos setores para fomentar o empreendedorismo, com oferta de capacitações gratuitas abordando os temas Finanças, Negociação, Liderança e Marketing, sendo um encontro por semana.

O segundo foi o oferecimento de consultorias e mentorias especializadas, com foco em atender cada empreendimento participante de forma individual, incluindo sócios e funcionários do mesmo estabelecimento. O objetivo dessa ação foi reforçar os conteúdos abordados na capacitação/tema, com foco nas necessidades específicas de cada empresa.

O terceiro foi a aproximação comercial, que consiste em levantar junto às empresas quais são os principais fornecedores que atendem à demanda de diversas áreas. Desenvolver a proposta de um plano de abertura de crédito das empresas junto aos fornecedores.



Outra ação do Sebrae Bahia foi o Projeto Conta Paga Solidária, pelo qual empresários e demais cidadãos podiam pagar contas de consumo, como energia elétrica, água ou telefone, daqueles atingidos pelas chuvas.

BAHIA

De um lado, o empreendedor que foi atingido pelas chuvas cadastrou suas contas junto ao Sebrae. Do outro lado, outros empresários se inscreveram como voluntários e determinaram o valor com o qual estavam dispostos a contribuir. O Sebrae fez a ligação entre as duas partes e os valores foram quitados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Foram atendidos 148 empreendimentos formais e 143 informais;
- R\$ 55.485,92 mil pagos por meio de 411 contas;
- Doação de mercadoria para os empresários recomeçarem;
- Resignificação do papel do empresário, trazendo a consciência da contribuição dele para a economia local;
- Prontidão no atendimento das dores dos empresários, por meio do SEBRAE Presente na Sua Empresa;
- Implantação de controles financeiros (livro caixa, plano de contas etc);
- Melhoria nas vendas com alguns casos de cancelamento de alguns negócios;
- Diversificação dos canais de atendimentos.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- Nem sempre é possível resolver as questões com recursos financeiros, mas é importante realizar atendimento visando o processo de resignificação do papel do empresário;
- É importante ter um guia de referência pronto para eventual necessidade frente aos grandes desafios que podem surgir;
- Que apesar de não ter expertise em crise de tamanho porte, resiliência fez toda a diferença para lidar com desafios como as chuvas fortes, resquícios da pandemia, equipe de férias, consultores sem contratos, inexistência de orçamento para a ação, entre outros;
- Pronto entendimento da situação e atendimento dispensado pela diretoria como acompanhamento, liberação de orçamento e recursos para realização do trabalho;
- É possível fazer muito com pouco.



ESPÍRITO SANTO

No final de 2022 e início de 2023, intensas chuvas, rajadas de vento e tempestade de raios castigaram o estado do Espírito Santo, afetando drasticamente vários municípios. Muitos foram os danos humanitários, materiais e ambientais. Em decorrência desses fatos, 24 dos 78 municípios declararam Situação de Emergência. Dentre tantas perdas, destaca-se a situação de muitos empresários que tiveram seus negócios afetados com prejuízos financeiros significativos.

ENTENDA O PROJETO

A fim de beneficiar os pequenos negócios (Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)) afetados em decorrência desses fatos, o Sebrae/ES implementou a **Campanha SOS Sebrae**.

Para receber o apoio do Sebrae, os empreendedores deveriam apresentar o CNPJ ativo, estar em localização onde foi decretada situação de emergência ou de calamidade pública, ter sido impactado com perdas decorrentes dos eventos e ter disponibilidade para receber o consultor presencialmente em seu estabelecimento.

Inicialmente, foram realizadas consultorias técnicas para auxiliar na recuperação do espaço físico. O consultor Sebrae fez o levantamento das perdas e danos do negócio, como máquinas e equipamentos, alvenaria, mobiliário, entre outros.

Em um segundo momento, foram priorizados os reparos a serem realizados e a obtenção de orçamentos. Por fim, os empresários apresentaram as notas fiscais dos itens comprados e serviços realizados para receber um subsídio de até 80% do valor investido, limitado a R\$ 8 mil.

Mesmo após a recuperação do espaço físico, o Sebrae/ES disponibilizou mais uma consultoria gratuita para que os empresários pudessem entender os pontos que poderiam dificultar a sua retomada. Eles puderam escolher uma entre as três consultorias disponibilizadas pelo programa: Redução de custos na prática, Renegociação de dívidas na prática, Marketing com foco no cliente.

ESPÍRITO SANTO

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Para divulgação da campanha foi realizada uma forte divulgação nos municípios afetados. Outdoors, spots de rádio, e-mail marketing, abordagem presencial, atendimentos dos escritórios regionais e uma Landing Page para divulgação e inscrição foram utilizados para maximizar a exposição do Programa;
- O projeto atendeu um total de 235 pequenos negócios nos 24 municípios que decretaram Situação de Emergência, no período de janeiro a junho de 2023.
- O investimento total foi de 2 milhões de reais, demonstrando o compromisso do Sebrae/ES em apoiar os pequenos negócios. Essa verba permitiu o fornecimento do suporte financeiro e técnico necessário para auxiliar na recuperação das empresas atingidas pelas chuvas.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- A importância da agilidade na implementação de ações solidárias e humanitárias em prol dos atingidos pela calamidade pública;
- A resposta rápida do Sebrae/ES ao declarar a Campanha SOS Sebrae demonstra o quanto é crucial agir prontamente para ajudar os empresários afetados por intempéries;
- Essa agilidade contribuiu para minimizar os impactos e acelerar a recuperação dos negócios prejudicados.



MINAS GERAIS

Minas Gerais foi duramente atingida pelas chuvas do fim de 2021 e início de 2022, com ápice em janeiro e fevereiro. Para se ter uma ideia da extensão dos danos causados 445 dos 853 municípios mineiros decretaram situação de emergência.

A força das águas afetou a vida dos empreendedores mineiros, sobretudo os que possuem micro ou pequenos negócios. Para auxiliá-los, o Sebrae Minas Gerais implementou uma série de ações voltadas aos setores privado e público.

ENTENDA O PROJETO

O Sebrae de Minas Gerais aderiu à campanha SOS Chuvas Minas Gerais, em parceria com o Servas - Serviço Social Autônomo, arrecadando alimentos e água nas 58 agências do Estado. Além disso, elaborou dois guias, um com orientações para a recuperação de pequenos negócios atingidos pela chuva e outro destinado aos gestores públicos com 15 medidas para que os municípios possam auxiliar os pequenos negócios atingidos pela chuva.

O primeiro é dividido em quatro partes: Como a Legislação Pode ajudar, Elaboração do Planejamento Financeiro, Elaboração do Planejamento de Acesso ao Crédito e Elaboração do Planejamento de Marketing.

A divisão inicial do guia traz desde orientações básicas, como a importância de registrar boletim de ocorrência na polícia e obter laudo técnico do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil referente a mercadorias perdidas, até questões mais específicas, como a perda e/ou deterioração de documentações fiscais.

Na segunda, destaca a necessidade de se fazer um planejamento financeiro, já que o empresário precisa dimensionar, em termos de valores, o que deve ser feito para que o negócio volte a funcionar adequadamente. É preciso definir qual o montante de investimento, assim como a necessidade de capital de giro para a operacionalização do negócio. Além de fornecer planilha para auxiliar na elaboração e dicas para equalizar os custos e contagem de estoque.



MINAS GERAIS

Na terceira, as orientações vão no sentido de indicar instituições financeiras com melhores condições de crédito, além de serviços como o Fampe (Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa), o Sebraetec, que também subsidia parte de projetos de inovação como designer, produção, qualidade entre outros. E o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), que pode oferecer condições especiais de empréstimos.

A quarta visa auxiliar o empresário na retomada de seu negócio após a tempestade. Mostra estratégias como o contato aos clientes via redes sociais, promoções e outras formas de voltar à ativa.

O segundo guia oferece aos gestores públicos 15 medidas a serem tomadas pelas administrações municipais em benefício dos empresários como a isenção de IPTU e outros tributos, legislação, reforma de ruas e calçadas, desburocratização e oferecimento de consultoria, entre outros.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Foi muito assertivo construir o comitê gestor com áreas chave para maior fluidez das decisões internas;
- Decisão de produzir um 'Plano de Contingência' para orientar as ações das situações de desastres naturais recorrentes ou não, que porventura voltem a ocorrer;
- Acolhimento e atendimento às necessidades básicas emergenciais dos atingidos. Um exemplo disso é a arrecadação prioritária de itens de consumo essenciais, como água potável, itens de higiene pessoal, materiais de limpeza;
- Boa mobilização interna para as ações, sobretudo com a equipe Sebrae das regionais. Nas áreas atingidas a mobilização torna-se mais fluida e perceptível, com maior engajamento;
- Ampliação dos pontos de coleta de doações por meio da Rede Aqui Tem Sebrae, que possui 356 pontos;
- Definição de critérios técnicos factíveis para que o Sebrae Minas tivesse condições de viabilizar produtos e/ou serviços de fomento às ações solidárias de apoio ao empreendedor;
- Ficha técnica Sebraetec: possibilitou implementar estratégias de reconstrução de estabelecimentos atingidos pelas chuvas com reparação do espaço físico e/ou aquisições de itens de construção/ mobiliário e/ou equipamentos necessários para a retomada da empresa;



MINAS GERAIS

- Articulação e união de esforços e recursos com poder público e iniciativa privada (entidades que compõem o Conselho Deliberativo Estadual, sobretudo as instituições bancárias) para ações de retomada da economia local;
- Realização do seminário Salinas de Mãos Dadas; e de Retomada da Economia em municípios atingidos;
- Apoio técnico à jornada de acesso ao crédito para os municípios atingidos;
- Capacitação dos atendentes do programa Sebrae na Sua Empresa para orientação dos empresários atingidos de acordo com os guias para retomada da economia dos municípios atingidos pelas chuvas;
- Restabelecimento de espaços físicos de empresas atingidas por tragédias ambientais para sua retomada;
- Subsídio de parte dos gastos necessários para reabertura do espaço físico da empresa via SebraeTec.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

Que é possível fazer muito com os instrumentos que o Sebrae já possui, tais como:

- Institucionalização do serviço voluntário dos colaboradores, convertendo-as em horas trabalhadas;
- Ampliação dos pontos de coletas, fazendo interlocução entre os stakeholders locais interessados em doar e a destinação correta das arrecadações a quem precisa;
- O quanto a agilidade é importante na implementação das ações solidárias e humanitárias em prol dos atingidos pela calamidade pública;
- Que, prioritariamente, é preciso adotar ações solidárias e humanitárias para que se possa promover o acolhimento que permita aos atingidos retomar a economia local.



PERNAMBUCO

A Região Metropolitana de Recife e as cidades que compõem a Zona da Mata foram duramente atingidas pelas fortes chuvas que se iniciaram em 23 de maio de 2022. Até a primeira semana de junho, 129 pessoas haviam morrido em razão de deslizamentos, enchentes e desabamentos causados pela força das águas, com 119.523 desalojados e 9.134 desabrigados. Para auxiliar a população e os empreendedores, o Sebrae Pernambuco se uniu aos governos federal e estadual, prefeituras e outras instituições em campanhas de arrecadação e de recuperação.

ENTENDA O PROJETO

O Sebrae Pernambuco, por meio do **Projeto Reconstruir**, deu início a uma série de ações com o objetivo de contribuir com a sociedade e auxiliar os pequenos negócios atingidos pelas chuvas em Pernambuco. Inicialmente, a diretoria do Sebrae estruturou o Comitê de Crise, incluindo gerentes de diversas áreas e os gerentes das regionais dos municípios mais afetados. Este comitê definiu linhas de atuação e ações para o plano emergencial:

1. Mobilização junto aos municípios afetados

1.1 Mapeamento

Nesta etapa o esforço foi para dimensionar as perdas nos estabelecimentos comerciais que sofreram esses impactos. Foram realizadas reuniões com prefeitos, secretários e a Defesa Civil dos municípios, para entender e coletar dados a respeito dos negócios impactados. Com essas informações, os técnicos do SEBRAE elaboraram diagnósticos in loco, sobre o nível das perdas dos empreendimentos em cada cidade. A ideia era verificar a situação dos estabelecimentos de perto e se os empreendedores já conseguiram retomar o trabalho ou o que será necessário para essa retomada.

PERNAMBUCO

1.2 Plano de Intervenção

Após essa detecção de casos, foi elaborado um plano de intervenção, contendo soluções de:

- Adequação dos espaços físicos dos negócios impactados;
- Gestão de fluxo de caixa;
- Planejamento estratégico pós-crise
- Trabalho de adaptação do comércio

Todas essas medidas tiveram o intuito de ajudar os empresários, acolhendo e orientando, para assim minimizar os impactos e permitir a retomada dos negócios. Para todos os casos, o SEBRAE escalou um analista para acompanhar cada município impactado, com plantão nesses lugares. Além disso, foram disponibilizadas informações e suporte por meio dos nossos espaços físicos, do Portal do Sebrae, da Central de Relacionamento e de todas as nossas redes sociais.

2. Mobilização junto ao Governo Estadual com o objetivo de articular medidas de apoio aos empreendimentos afetados nos aspectos infraestrutura e crédito.

3. Campanha interna de arrecadação de recursos para serem revertidos aos colaboradores e comunidades do entorno que tiveram grandes perdas com as enchentes. O SEBRAE também se cadastrou como ponto de arrecadação da campanha Pernambuco Solidário para receber doações de alimentos, água mineral, roupas, colchões e itens de higiene pessoal, entre outros.

PERNAMBUCO

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Dados coletados em mais de 40 municípios quanto ao impacto das chuvas nos empreendimentos
- Abertura de canal digital para inscrições das empresas afetadas no portal Sebrae;
- Dimensionamento de perdas nos estabelecimentos comerciais que sofreram impactos.
- Disponibilização de informações e suporte por meio dos espaços físicos, do Portal do Sebrae, da Central de Relacionamento e de todas as nossas redes sociais.
- Gratuidade em serviços e produtos para empresas afetadas;
- Consultoria SEBRAETEC específica para mapear os danos e elaborar projeto de recuperação do pequeno negócio;
- Adequação dos espaços físicos dos negócios que foram atingidos;
- Criação de linha de crédito emergencial para MEI (Microempreendedor Individual) nos municípios em estado de emergência, com teto R\$ 6.000,00, juro zero, carência de três meses, garantia do Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas), em parceria com a AGE-PE (Agência de Empreendedorismo de Pernambuco);
- Atendimento presencial dos agentes de crédito da AGE-PE nos espaços do Sebrae e Salas do Empreendedor em 37 municípios afetados;
- Postergação de pagamento de parcelas do Crédito Popular da AGE-PE por quatro meses e transferência das mensalidades para o fim do contrato;



PERNAMBUCO

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- É fundamental ter ações preventivas. Se o Sebrae se dispõe a tratar a emergência, deve passar a viabilizar políticas públicas preventivas. Atuar junto aos pequenos negócios e empreendedores em situação de vulnerabilidade e risco socioambiental. Mapear esta realidade e atuar sobre ela com toda a capacidade de investimento, formulação de políticas públicas, capilaridade e mobilização de parceiros;
- É preciso ter planos de contingência para situações emergenciais e de calamidade, com regulação interna para serem postos em execução com agilidade e sem burocracia, vinculando à legislação nacional e estadual.



RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, a cidade de Petrópolis foi duramente castigada, novamente, pelas chuvas em fevereiro e março de 2022. Alagamentos e deslizamentos de terra causaram a morte de 241 pessoas. A tragédia causou enormes danos ao município como um todo e impactou os negócios de forma brutal.

O Sebrae Rio de Janeiro preparou uma série de orientações para que estes empresários, e os de outras cidades atingidas pela chuva, pudessem amenizar seus prejuízos buscando alternativas, principalmente junto ao poder público.

ENTENDA O PROJETO

Intitulado **Medidas Para Auxílio de Cidades Atingidas pela Enchente**, o documento preparado pelo Sebrae Rio de Janeiro oferece preciosos esclarecimentos para que os empresários que foram impactados pela tragédia possam amenizar os prejuízos.

Foram compiladas várias informações com base na legislação que orienta o empresário sobre as formas que o município atingido, o Estado do Rio de Janeiro, o Governo Federal (Secretaria da Receita Federal do Brasil), a Caixa Econômica Federal e o Comitê Gestor do Simples Nacional podem emitir normas no sentido de adiar o pagamento dos tributos, o prazo de vigência das certidões e o cumprimento das obrigações acessórias.

O documento traz embasamento legal para que tributos como ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) possam ter seus vencimentos postergados. Trata de questões relacionadas ao Simples Nacional, quitação e obtenção de empréstimos bancários etc.

Ainda há exemplos de casos ocorridos em outras tragédias, como Teresópolis em 2011, quando o Decreto nº 3.997 suspendeu pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) dos imóveis localizados nos bairros atingidos pela calamidade.

Além de Nova Friburgo (2011), na qual o Decreto nº 16 alterou o calendário de pagamento do IPTU e Taxa de Coleta de Lixo Doméstico referentes ao exercício da enchente. A cobrança, que teria início no dia 15 de fevereiro foi adiada para 15 de março. Além de alterar o vencimento do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

RIO DE JANEIRO

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- Há uma série de políticas públicas que precisam ser aprovadas automaticamente em casos de eventos críticos, tais como as fortes chuvas e enchentes;
- As pequenas empresas precisam contar com recursos a fundo perdido para retomada das suas iniciativas e negócios;
- A atividade empresarial do MEI (Microempreendedor Individual) como PJ (Pessoa Jurídica), confunde-se em grande parte com a PF (Pessoa Física). A alteração de endereço do alvará e das licenças deve ser imediata, ou seja, o MEI não pode estar sujeito a multas por parte da prefeitura. Ex: um MEI cabeleireiro que perdeu seus instrumentos como secador de cabelo, chapinha, tesoura, por conta das chuvas, precisará imediatamente mudar o seu local de trabalho para retomar seus negócios;
- É necessária a dispensa da exigência de certidões para que o negócio possa fornecer para as demais instituições.



RIO GRANDE DO SUL

No início de 2011, a cidade de São Lourenço do Sul, situada na região Sul do Rio Grande do Sul foi castigada por fortes chuvas, provocando estado de calamidade pública na região. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas, o município encontrou neste período dificuldades com fornecimento de água e energia elétrica. Os 2.236 empreendimentos formais que o município possuía na época foram afetados.

Por isso o Sebrae Rio Grande do Sul, junto com a Prefeitura de São Lourenço do Sul e outras entidades criaram o **Projeto Superar São Lourenço do Sul**, com objetivo de promover o ressurgimento dos negócios e a criação de novos negócios.

ENTENDA O PROJETO

Iniciado em junho de 2011, o Projeto Superar São Lourenço do Sul se baseou no relatório de perdas da prefeitura. As empresas que sofreram diretamente com a enxurrada foram atendidas em caráter de urgência e as demais num segundo momento.

Coletivamente, foi desenvolvido um trabalho com os grupos que fazem parte da economia solidária do município, que foram acompanhados e organizados pela Secretaria de Turismo Indústria e Comércio, grupos de artesanato, vendedores ambulantes, grupos de gastronomia, recicladores, prestadores de serviços ligados ao turismo, grupo de criadores e agricultores familiares.

RIO GRANDE DO SUL

RESULTADOS ALCANÇADOS

O Sebrae Rio Grande do Sul deslocou uma equipe até a cidade para levantar os impactos provocados pela chuva. Posteriormente, um técnico da instituição foi alocado no município para trabalhar com exclusividade nas demandas que surgiram.

Em 19 meses de trabalho foram atendidos 2.101 CNPJs, 1.300 ações de assessorias e consultorias com 6.163 horas técnicas concluídas. Foram realizadas consultorias em áreas de agroindústrias, finanças, crédito, marketing, turismo, planejamento estratégico, plano de negócios, recursos humanos, artesanato, turismo e agronegócio. Ocorreu a realização de 33 cursos, 34 oficinas e palestras, participação de três feiras, inclusive no Exterior (Uruguai e Estados Unidos).



SANTA CATARINA

Em 2008, dezenas de empreendimentos foram atingidos pelas enchentes e deslizamentos ocorridos em Santa Catarina. A situação de emergência tomou conta de 45 municípios e foi estimado que cerca de 79.600 micro e pequenas empresas foram gravemente afetadas.

ENTENDA O PROJETO

O Sebrae/SC implementou o projeto “Recuperação Empreendedora”, com o objetivo principal de disponibilizar atendimento coletivo e/ou individual e consultoria gerencial e técnica para diagnóstico, planejamento e implantação de projetos de recuperação dos empreendimentos atingidos. O objetivo era alcançar a viabilização técnico-econômica, social e ambiental, o retorno da geração de renda e a retomada e garantia das oportunidades de trabalho, visando à melhoria da qualidade de vida.

O Projeto foi subdividido em blocos: Gestão do Projeto, Articulação, Divulgação e Sensibilização, Atendimento Emergencial e Ação de Acompanhamento. Respeitando a concepção holística da estratégia, cada bloco contou com ações específicas, consideradas necessárias para a obtenção dos resultados.

Para sua divulgação foi realizada uma campanha em veículos de massa (rádio e TV). Além disso, foi disponibilizado o trabalho de assessoria de imprensa, durante três meses, para atender às necessidades de comunicação e relacionamento com a imprensa, além de aumentar a visibilidade. Também houve a distribuição de material gráfico e equipes que realizaram mobilização presencial nos 45 municípios prioritários.

Foram montadas estruturas físicas em locais públicos com localização central de fácil acesso para prestação do serviço de atendimento emergencial. Nesses espaços eram feitas orientações individuais com consultores sobre questões específicas de cada empresa, tais como: inventário de perdas, planejamento inicial para reestruturação da empresa, elaboração de projeto para aprovação de crédito, entre outras.

Houve ainda, uma semana de atendimento especializado, com o intuito de prestar o atendimento pós-evento de atendimento emergencial, em duas frentes: consultoria na elaboração de projetos visando aprovação de crédito; e orientação na reestruturação da empresa.

Por fim, foi contratada uma consultoria para realizar o trabalho de organização da demanda por setores, a partir dos cadastros e demandas registrados tanto no atendimento emergencial quanto no atendimento especializado.

SANTA CATARINA

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Viabilização de fontes de financiamento;
- Disponibilização de consultorias especializadas (individual/coletiva);
- Articulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das MPE;
- Facilitação da ampliação do acesso e redução dos custos dos serviços financeiros;
- Estabelecimento de alianças estratégicas para mobilizar recursos, competências e conhecimentos;
- Articulação e união de esforços e recursos com poder público e iniciativa privada para ações de retomada da economia local;
- Promoção da educação empreendedora e da cultura da cooperação;
- Promoção do acesso à tecnologia e à ampliação da capacidade de inovação;
- Atendimento de 50% das empresas atingidas pelas enchentes e deslizamentos em Santa Catarina, até o final do projeto - 31 de junho de 2009;
- Empresários fizeram a recontratação dos colaboradores. Até 30 de março de 2009 o índice foi de 40% e 60% até 30 de junho de 2009.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- É necessário agilidade na proposta de soluções em prol dos atingidos pelas catástrofes naturais;
- A importância da ampliação dos pontos de contato com os empreendedores atingidos, oferecendo suporte e soluções para a retomada dos seus negócios e da economia local;
- A união faz a força! A importância do estabelecimento de parcerias com poderes público e privado para atuar com agilidade, responsabilidade e de forma segura.



SÃO PAULO

Durante o feriado prolongado de Carnaval, em 2023, as fortes chuvas castigaram o Litoral Norte de São Paulo, principalmente os municípios de Guarujá, Bertioga, Caraguatatuba, Ilhabela, Ubatuba e São Sebastião, que tiveram estado de calamidade decretado pelo governo federal. Pelo menos 65 pessoas morreram, sendo 64 em São Sebastião* em bairros como Barra do Sahy, Juquehy, Camburi e Boiçucanga.

ENTENDA O PROJETO

Diante dessa lamentável tragédia natural, o Sebrae São Paulo deu início ao projeto SOS Litoral Norte fazendo um mapeamento dos prejuízos das empresas por meio de um questionário enviado aos empreendedores e empreendedoras locais.

A ideia foi entender, em detalhes, a quantidade de pequenos negócios prejudicados, bairros, ramos de atividades, níveis de impacto, como as empresas foram atingidas (estrutura, móveis, estoque, alagamentos, cancelamento de reservas no setor hoteleiro, etc), a necessidade para recomeçar (limpeza, novo local, reposição de estoque, capital de giro, alimentos, roupas, equipamentos, etc).

Com estes dados, o Sebrae São Paulo iniciou uma corrente de cooperação envolvendo a própria entidade, parceiros e empresariado do Estado de São Paulo, agindo diretamente em prol dos pequenos empreendedores e empreendedoras atingidas, apoiando na reconstrução de seus negócios e no acolhimento nas demais necessidades básicas.

Ao todo foram mapeadas 12.782 pequenas empresas na região afetada pelas chuvas, sendo 7.211 do setor de serviços, 3.554 do comércio, 1.314 da construção civil, 673 da indústria e 30 do agronegócio. São Sebastião lidera o ranking com 4.481 MPEs, seguido por Caraguatatuba (3.536), Ubatuba (3.199) e Ilhabela (1.566).

Do total de empresas mapeadas, 63% estavam em funcionamento, enquanto 37% completamente fechadas. Entre os segmentos mais afetados estavam o comércio varejista (33%), alimentação (32%), meios de hospedagem (13%), beleza e estética (7%), serviços de turismo (6%), ambulantes (6%) e artesanato (3%).

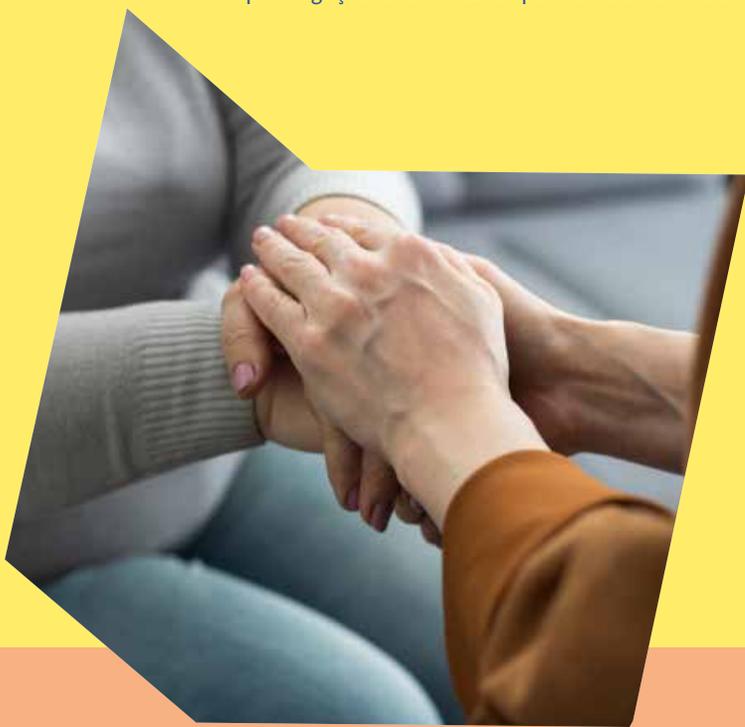
Ainda de acordo com o mapeamento, os principais danos causados pelas chuvas foram de móveis danificados (32%), perda de equipamentos elétricos (25%), perda de estoque (21%), cancelamento de reservas (18%), estrutura danificada (11%), alagamento (11%) e quebra de vitrines (4%).

As necessidades para recomeçar também foram diversas, com destaque para capital de giro (43%), cumprir com compras e dívidas (24%), reposição de estoque (21%), equipamentos (21%), renegociar com credores (15%), encontrar um novo local (12%), móveis (11%), limpeza do atual local (7%), alimentos (5%), roupas (2%) e medicamentos (1%).

SÃO PAULO

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Mapeamento completo da região considerando a real necessidade de cada micro e pequeno negócio afetado no Litoral Norte;
- Mais de 5 mil atendimentos realizados;
- Organização para recebimento de doações para os empresários recomeçarem;
- Prontidão no atendimento aos pequenos negócios por meio das unidades do Sebrae Aqui, cinco veículos do Sebrae Móvel, 14 agentes de atendimentos, consultores e analistas de plantão, mais de 70 operadores na central de atendimento ativa, canal receptivo direto pelo 0800 570 0800, além de disparo de diagnósticos por SMS e e-mails;
- Apresentação de soluções tecnológicas ao comitê de crise federal que auxiliaram o trabalho de reconstrução do Litoral Norte e prevenção de futuras situações semelhantes;
- Orientação e atendimento ao grupo de empresários que receberam os desabrigados em suas estruturas;
- Rodadas de negócios com empresas varejistas de alimentação, articulação com o SENAI para capacitação em atividades de construção civil, pintura, conserto de refrigeradores e motores, além do incentivo à retomada do setor de turismo;
- Apoio à Missão Empreender, realizada pela FIESP, para auxiliar os pequenos negócios a renegociarem com seus credores e para facilitar o acesso a serviços e produtos de instituições financeiras.
- Prorrogação por 180 dias do prazo de recolhimento para contribuintes do Simples Nacional dos municípios atingidos pelas fortes chuvas. A prorrogação foi autorizada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
- Prorrogação por 180 dias do pagamento de ICMS pelas empresas das cidades atingidas. A prorrogação foi autorizada pelo Conselho Nacional de Políticas Fazendária (Confaz).



SÃO PAULO

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- Atentar-se para a “crise dentro da crise”, quando pelo excesso de doações enviadas aos locais atingidos, houve a conseqüente falta de vendas pelos comércios locais, uma vez que a população estava abastecida por alimentos, itens de vestuário, entre outros de primeira necessidade;
- A importância da participação do Sebrae São Paulo nos comitês de crise locais que contam com diversas autoridades, como Exército, Polícia, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, entre outros. Essa ação fez com que o Sebrae São Paulo participasse ativamente do alinhamento de todo o comitê, abrindo espaço para sugestões e ações práticas em benefício à população e, principalmente, às micro e pequenas empresas e à economia local;
- O trabalho de campo realizado possibilitou uma apuração mais precisa de informações das chamadas “áreas quentes” do desastre, gerando um acesso mais rápido. As assessorias de crédito, por exemplo, tiveram seus trabalhos facilitados para a oferta de linhas emergenciais oferecidas pelo governo estadual;
- A presença massiva do Sebrae São Paulo na região contribuiu para o entendimento de que uma das principais dificuldades encontradas pelos pequenos negócios seria o conserto e manutenção de equipamentos de uso diário em seus estabelecimentos. Contratamos o Senai para a montagem de carretas de ensino para que a própria população local aprenda a prestar esse tipo de serviço às micro e pequenas empresas da região, formando assim uma rede de mão de obra qualificada e aumentando o estímulo à economia local.
- É de extrema importância que haja uma rápida articulação junto aos órgãos federais, estaduais e municipais para a autorização de isenções e prorrogações de prazos de taxa e impostos dos pequenos negócios das regiões atendidas.



TOCANTINS

No início de 2022, o Estado do Tocantins foi atingido por fortes chuvas que causaram enchentes e transbordo dos rios, principalmente Tocantins e Araguaia. Várias cidades foram atingidas, debilitando pequenos negócios rurais e urbanos. Houve perda de plantações, pastos e inundações em empresas.

ENTENDA O PROJETO

Para amenizar as perdas dos pequenos negócios tocantinenses, o Sebrae TO aderiu ao Projeto do Sebrae Nacional, que é a Adequação de Espaços Físicos de Empresas Devastadas por Calamidade. O projeto consiste na análise dos impactos, levantamento das recuperações e ressarcimento de até 80% das perdas de materiais ligados à produção ou itens ligados diretamente à atividade, no valor de até R\$ 10.000,00.

Para tanto, foram identificadas as cidades que acionaram o estado de Emergência ou de Calamidade Pública e, posteriormente, os pequenos negócios impactados.

Internamente, no Sebrae, foi aplicado o recurso nas regionais que tiveram cidades impactadas. Na sede, a divisão ficou por conta da Unidade de Relacionamento ao Cliente, por conta do Programa SEBRAETEC e por analisar os impactos e recomendar as ações corretivas. A área de Acesso a Serviços Financeiros ficou responsável por analisar a regularidade dos ressarcimentos a serem realizados.

No início do mês de março de 2022, foi lançado o Projeto Pra Frente com o Sebrae - Calamidade, o qual tinha o objetivo de atuar diretamente com as empresas impactadas com as chuvas e enchentes. O evento, realizado na cidade de São Miguel do Tocantins, que foi a mais impactada no estado, contou com a presença do governador do estado Wanderley Barbosa, dos diretores Superintendente e Técnico do Sebrae Tocantins, além de várias lideranças da Região do Bico do Papagaio.

Como parceiros neste projeto, além do Governo do Estado, participaram diversas instituições financeiras, tais como: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal e Agência de Fomento do Tocantins.

Após o lançamento, foram realizadas reuniões e apresentações nas cidades de Sampaio, São Sebastião do Tocantins, Formoso do Araguaia, Miracema do Tocantins, Augustinópolis e Axixá do Tocantins.

Como exemplo de um caso bem-sucedido, foi apresentada a história do Sr. Cledinaldo Fonseca, do Setor Bela Vista, da cidade de São Miguel do Tocantins. Após ter o seu mercadinho invadido pelas águas do Rio Tocantins, o empresário obteve acesso ao serviço do Sebraetec Calamidade, por meio da consultoria de adequação do espaço físico atingido, assim como o ressarcimento no valor de R\$ 6.408,00.

TOCANTINS

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Consultoria para 128 pequenos negócios;
- Ressarcimento para 50 pequenos negócios;
- Realização de apresentações nas cidades impactadas a fim de nivelar as informações sobre o Programa;
- Aplicação da ficha técnica Sebraetec, que possibilitou implementar estratégias de reconstrução de estabelecimentos atingidos pelas chuvas com reparação do espaço físico e/ou aquisições de itens de construção/ mobiliário e/ou equipamentos necessários para a retomada da empresa;
- Articulação e união de esforços e recursos com poder público e iniciativa privada (entidades que compõem o Conselho Deliberativo Estadual, sobretudo as instituições bancárias) para ações de retomada da economia local;
- Restabelecimento de espaços físicos das empresas atingidas pela tragédia para sua retomada;
- Subsídio de parte dos gastos necessários para reabertura do espaço físico da empresa via SebraeTec.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

- Necessidade de constituir um comitê gestor para analisar cada proposta antes de iniciar o atendimento com consultorias para os clientes;
- É primordial estar, de fato, presente no momento de desespero do empresário, quando ele necessita de apoio financeiro e orientação técnica;
- Não postergar. Um dia a mais pode ser tarde para atender a necessidade premente do empreendedor, pois a tragédia ambiental é devastadora.



CAPÍTULO 3

REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Os Estados Unidos possuem um longo e variado histórico de eventos críticos em diversas regiões do país. Em 2021, quase 700 pessoas morreram em uma série de desastres, o maior número registrado desde 2011. Em virtude desse cenário, ao longo das últimas décadas os americanos criaram não apenas um robusto sistema de alerta, como também programas de apoio às comunidades atingidas que vão desde o planejamento e preparação até a recuperação total pós-desastres.

De maneira geral, são considerados como eventos críticos no país: desastres naturais (terremotos, furacões, inundações, tornados, incêndios), desastres causados pelo homem (crimes, derramamento de produtos químicos, acidentes industriais) ou econômicos (declínio ou fechamento de uma grande empresa e realinhamento de base militar). Muitas vezes os eventos podem não apenas causar danos físicos à infraestrutura, mas também um declínio duradouro na economia. Por essa razão, o escopo considerado é bastante amplo.

Devido a essa variedade de eventos, sua dimensão geográfica e seu modelo administrativo com governos locais mais autônomos, o país conta com uma variedade de organizações e entidades responsáveis pelo tema. Este documento visa mapear os principais atores no contexto americano e suas recomendações no apoio aos pequenos negócios afetados pela ocorrência de eventos críticos.

A Diretiva de Política Presidencial (PPD), executada em março de 2011, orienta todos os departamentos e agências do governo federal a projetar e implementar colaborativamente “um esforço sistemático para manter a nação protegida contra danos e resiliente quando atingida por perigos, como desastres naturais, atos de terrorismo e pandemias”.

O Sebrae mantém um relacionamento estreito com entidades internacionais visando o intercâmbio de informações e subsídios do trabalho em eventos críticos. A seguir serão apresentados exemplos e diretrizes de atuação, fruto de um vasto benchmark do Sebrae junto a esses parceiros.



ADMINISTRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS EUA

Como a única agência do governo federal focada exclusivamente no desenvolvimento econômico, a Administração de Desenvolvimento Econômico (EDA) do Departamento de Comércio dos EUA, desempenha um papel fundamental na facilitação dos esforços de desenvolvimento econômico regional em todo o país.

Guiada pelo princípio básico de que o desenvolvimento econômico sustentável deve ser conduzido localmente, trabalha diretamente com as comunidades e regiões para ajudá-las a construir a capacidade de desenvolvimento econômico com base nas condições e necessidades dos negócios locais. Os investimentos da agência em planejamento, assistência técnica e construção de infraestrutura são projetados para alavancar os ativos regionais existentes e apoiar a implementação de estratégias de desenvolvimento econômico que facilitam o início e o crescimento das empresas.

A EDA está posicionada de forma única para coordenar o apoio federal aos esforços regionais de recuperação de desastres em parceria com sua extensa rede de Distritos de Desenvolvimento Econômico (EDDs), Centros Universitários e outras partes interessadas em áreas de impacto designadas.

Atua como Agência Coordenadora da Função de Apoio à Recuperação Econômica (ERSF) em nome do Departamento de Comércio (DOC). Nessa função, oferece liderança, coordenação e supervisão para agências primárias e de apoio, todas as quais compartilham um papel na provisão de doações, empréstimos, treinamento e outras formas de assistência para apoiar os esforços de recuperação econômica em comunidades e regiões afetadas por desastres. Para auxiliar a coordenação interinstitucional, a EDA estabeleceu um Grupo de Trabalho de Recuperação Econômica de parceiros federais.

Abrangência Nacional

<https://eda.gov/disaster-recovery/>



PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- **Definir** o que é considerado um evento crítico. A partir dessa conceitualização fica mais fácil estabelecer planos de ação e públicos contemplados;
- **Ministrar** oficinas de recuperação de negócios;
- **Elaborar** estratégia em 3 fases: antes, durante e após os eventos críticos;
- Estabelecer um **Centro Único de Recuperação de Negócios para Assistência Empresarial (CURNAE)**. Imediatamente após um grande desastre, um CURNAE deve ser estabelecido para atender às necessidades prementes das empresas locais, especialmente quando um grande número foi afetado. Esses centros devem ser configurados para fornecerem uma integração de recursos locais, estaduais e federais disponíveis para empresas após um incidente para ajudar na recuperação;
- **Recursos de assistência móvel (RAM)**. Muitas vezes depois de um desastre, o tempo dos empresários é consumido com prioridades de recuperação de curto prazo e eles podem não ter o tempo extra para visitar um centro de recursos. São nesses casos os RAM podem ajudar. Tendo uma unidade móvel de recursos de recuperação de desastres permite que os empresários permaneçam no local e tenham os serviços levados até eles. Isso é, especialmente, útil em áreas rurais nas quais o tempo e custos de locomoção podem ser proibitivos para as empresas;
- **Estabelecer diferentes tipos de apoio financeiro**. Empréstimos tradicionais são considerados arriscados para pequenas empresas logo após um desastre. No curto prazo, as pequenas empresas precisam de acesso a financiamentos de lacunas ou pontes com juros baixos e prazos flexíveis. Essa opção fornece às empresas capital de giro até que possam obter recursos de outras fontes, como sinistros de seguros ou fontes de financiamento de longo prazo. Esses fundos são normalmente feitos em quantias menores do que financiamento de longo prazo – geralmente variando de US\$ 5.000 a US\$ 25.000 para uma pequena empresa.



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE PEQUENAS EMPRESAS - UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA FLÓRIDA (FIU)

O SBDC da Universidade Internacional da Flórida é membro da Rede SBDC da Flórida, um programa de parceria estadual credenciado nacionalmente pela Association of America's SBDCs e financiado em parte pela Administração de Pequenas Empresas dos EUA (SBA), Agência de Logística de Defesa, Estado da Flórida e outras instituições privadas e públicas.

Como o Estado da Flórida é frequentemente acometido por desastres naturais, especialmente por furacões, o SBDC local se tornou referência no assunto em todo país.

Independentemente se o negócio foi impactado por um desastre natural, causado pelo homem ou por uma desaceleração econômica, a Florida SBDC Network oferece acesso a capital de desastre e recursos para que os negócios se recuperem.

Abrangência Estadual

<https://business.fiu.edu/centers/sbdc/>



Após um grande evento de desastre, os governos estadual e federal fornecem empréstimos para desastres com o objetivo de ajudar as empresas a se recuperarem. Nessas circunstâncias, o Florida SBDC Network trabalha em estreita colaboração com suas contrapartes estaduais e federais para agilizar sua recuperação:

- Ajudando o empresário a entender o auxílio disponível e determinar sua elegibilidade;
- Ajudando o empresário a preencher, compilar a documentação de suporte necessária e enviar a inscrição;
- Disponibilizando estratégias de recuperação.

Segundo o SBDC, as pequenas empresas são as mais afetadas em tempos de incerteza e desastre, mas também têm a capacidade de fazer ajustes críticos muito mais rapidamente do que suas contrapartes maiores. Um exemplo disso foi a pandemia do coronavírus, pois os empresários mudaram seus modelos de negócios para sobreviver.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES:

- Manter documentos em local seguro;
- Armazenar os arquivos em outro local sem ser no escritório/sede da empresa;
- Manter comunicação com empregados constantemente;
- Criar Aplicativo para comunicação e respostas sobre o local do desastre;
- Fazer um checklist com ações importantes;
- Estimular as empresas a fazerem seguro;
- Negociar com grandes empresas descontos na compra de produtos que os pequenos empresários precisam para se preparem para os períodos de desastres.



ADMINISTRAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

O Small Business Administration (SBA) é uma agência governamental dos Estados Unidos que fornece suporte a empreendedores e pequenas empresas. Por meio de uma extensa rede de escritórios e parcerias, o SBA auxilia e protege os interesses dos pequenos negócios.

Também oferece empréstimos a juros baixos, para empresas e proprietários de imóveis que estão em busca de se recuperar após algum evento crítico/desastre. No site da instituição há um compilado de medidas, checklists e dicas que podem ser adotadas pelos empreendedores a fim de se prepararem para reduzir danos ocasionados por eventuais desastres. Eles contam também com um centro de atendimento específico para assistência em desastres.

Auxiliando na recuperação de desastres em todos os 50 estados, Washington, D.C., e os cinco territórios americanos da Samoa Americana, Guam, Ilhas Marianas do Norte, Porto Rico e Ilhas Virgens Americanas, o programa de empréstimos para desastres da SBA é o único programa de assistência federal que oferece a proprietários de propriedades privadas uma maneira acessível de mitigar os impactos e proteger suas casas, famílias, empresas, funcionários e meios de subsistência contra um próximo evento.

Os fundos de empréstimos do SBA podem ser usados para cobrir franquias de seguros, refinar uma hipoteca existente, pagar por atualizações de mitigação e proteção, realocar o negócio para uma área mais segura e de menor risco, entre outros. E as baixas taxas de juros fixas amortizadas ao longo de 30 anos para pagamentos mensais oferecem uma maneira acessível para os proprietários repararem/substituírem totalmente suas perdas por desastres não cobertas por outras recuperações.

Abrangência Nacional
<https://www.sba.gov/>



U.S. Small Business
Administration



Além disso, os mutuários que usam os programas de empréstimos para desastres físicos do SBA também são elegíveis para até 20% de suas perdas físicas totais, conforme verificado pela organização, para incorporar medidas de proteção adicionais visando mitigar danos e perdas futuras contra o próximo desastre.

De acordo com o SBA, a preparação é fundamental. Ao ajudar pequenas empresas, proprietários de imóveis, locatários e outros a mudar seu foco para a preparação, é possível ajudar a reduzir os impactos de futuros eventos. Por exemplo, segue abaixo algumas maneiras pelas quais as empresas podem se preparar para a temporada de furacões:

- Estabeleça um plano de comunicação e assine os alertas de gerenciamento de emergência locais;
- Proteja informações vitais na nuvem;
- Revise a cobertura do seguro, considere o seguro de interrupção de negócios e faça um inventário em vídeo de propriedades e ativos;
- Instalações completas e planejamento de operações; considere soluções de comércio eletrônico ou locais alternativos temporários para retomar as operações rapidamente e avaliar as cadeias de suprimentos;
- Envolver-se em oportunidades de desenvolvimento de contratos pré-desastre;
- Pratique e teste seu plano com gerentes e funcionários.

O Office of Disaster Assistance (ODA), em português Escritório de Assistência a Desastres, ajuda empresas de todos os tamanhos, organizações privadas sem fins lucrativos, proprietários e locatários a se recuperarem da devastação causada por desastres declarados pelo governo federal. Seus esforços garantem que a assistência financeira adequada e acessível seja rapidamente estendida aos necessitados. O programa de empréstimo para desastres é a única forma de assistência do SBA não limitada a pequenas empresas. A Assistência em Desastres faz parte da agência desde sua criação em 1953.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES:

- Avaliação de risco - Cada negócio tem vulnerabilidades e fraquezas únicas. Saber quais desastres têm maior probabilidade de afetar os negócios pode ajudar os empresários a retornarem às operações mais rapidamente. Uma autoavaliação de retorno aos negócios pode ajudar a avaliar os riscos para perigos comuns, como furacões, incêndios florestais, inundações ou até ataques cibernéticos.
- Criação de um plano - O plano de resposta é o roteiro para a recuperação, portanto, deve ser adaptado às necessidades e operações específicas da empresa. Deve abordar prioridades imediatas e ser de fácil acesso. Listas de verificação e kits de ferramentas online são recursos eficazes para ajudar a desenvolver o plano. Concentre-se em desastres que representam um risco realista para cada empresa.

Listas de verificação de preparação – Exemplo para Inundações

Enchentes são uma forma muito comum de desastre e continuam a crescer em termos de frequência e severidade. Empresas estão mais suscetíveis a enchentes do que a incêndios, por exemplo. Dessa forma é essencial estar preparado com antecedência. O check-list a seguir manterá seu negócio ativo, mesmo que o pior aconteça.



Antes da enchente

- Revise o plano de emergência com seu time;
- Tome medidas de prevenção em relação aos itens químicos, gases e estruturas elétricas;
- Adie o recebimento de qualquer bem, seja por delivery ou courier;
- Contate o seu agente de seguros para discutir termos do contrato;
- Estabeleça um método de comunicação de emergência, defina local e hora para reuniões com seus principais colaboradores e crie uma mensagem de voz para evacuação do local, se necessário;
- Mantenha um inventário dos produtos que estão no local;
- Instale barreiras a prova de enchente;
- Fique atento às mensagens da mídia e da comunidade local.

Durante a enchente

- A segurança das pessoas é primordial;
- Coloque em prática a próxima fase do seu plano de negócios;
- Mandar os colaboradores não essenciais para casa;
- Suba os elevadores para o segundo andar e os desligue;
- Fique atento às notícias para evacuar o local, se necessário;
- Leve os equipamentos eletrônicos essenciais junto com você;
- Tire todos os equipamentos eletrônicos da tomada antes de partir;
- Redirecione as chamadas do seu telefone comercial para o seu celular.

Depois da enchente

- Procure nos noticiários se a água está potável para beber;
- Evite entrar ou pisar na água da enchente, ela pode estar contaminada;
- Fique atento às áreas que foram inundadas, o solo pode estar fraco e ceder;
- Limpe e desinfete tudo que tenha sido molhado pela enchente;
- Contate os colaboradores e discuta os próximos passos;
- Contate o seu agente de seguros.

Pessoas

- Certifique-se de ter um plano de emergência evacuação em caso de suspeita de tempestade;
- Tenha sempre o contato de colaboradores, fornecedores e clientes em mãos;
- Durante a evacuação tenha um ponto focal para todos os colaboradores e certifique-se onde eles estão.



AGÊNCIA FEDERAL DE GESTÃO DE EMERGÊNCIAS



FEMA

Criada oficialmente em 1979, por meio de um decreto do presidente Jimmy Carter, a missão da instituição é ajudar pessoas antes, durante e depois de desastres. A FEMA é composta por escritórios regionais espalhados por todo o território dos Estados Unidos e conta com mais de 20.000 colaboradores, os quais podem aumentar para mais de 50.000 durante grandes desastres. A agência atende a todos os desastres e emergências domésticas declaradas, sejam estes naturais ou causados pelo homem, incluindo atos terroristas.

A instituição possui uma ferramenta de pesquisa pela qual é possível identificar desastres e emergências declaradas por região, tipo e/ou ano de acontecimentos. Também conta com um repositório de resumos e relatórios sobre alguns desastres históricos com os quais tiveram que lidar e sobre as atividades do Fundo de Auxílio a Desastres.

Oferece também diferentes programas de assistência após desastres: assistência para cidadãos individuais e famílias; assistência para agências do governo; e organizações privadas de fins não lucrativos. O Programa da FEMA para Indivíduos e Famílias não fornece assistência financeira a empresas ou propriedades alugadas que não são ocupadas pelo proprietário como residência principal.

Especificamente sobre o auxílio para pequenos negócios, as solicitações à FEMA são automaticamente encaminhadas ao SBA (Small Business Administration) para consideração de empréstimo.

Abrangência Nacional
<https://www.fema.gov/pt-br>



Sebraetec e linha de reembolso para a reabertura de pequenos negócios após situação de emergência e/ou estado de calamidade pública

O Sebraetec surgiu como alternativa para apoiar pequenos negócios afetados por tragédias ambientais pelo fato de alguns serviços necessários para o empreendimento já apresentarem alguma similaridade com outros serviços contemplados no portfólio Sebraetec, como por exemplo: design de Ambientes, fachadas, layout produtivo e aqueles que envolvem avaliação e melhoria de processos (incluindo máquinas e ferramentas).

Nesse sentido, foi incluído no portfólio do Sebraetec um serviço exclusivo para pequenos negócios devastados por tragédias ambientais, que contempla o serviço de avaliação do espaço atingido e de elaboração do plano de ação para reabertura do negócio. De forma complementar ao Sebraetec, foi criada uma linha de reembolso para apoiar os pequenos negócios com os reparos, serviços e aquisições que são necessários para que eles retomem o funcionamento. Sendo assim, o prestador de serviço (PST) do Sebraetec tem a função de avaliar os prejuízos e orientar o empresário sobre como obter reembolso do Sebrae para as aquisições e reparos para o seu negócio.

Papel do Sebrae/UF

Inicialmente, o Sebrae/UF deve mapear se os estabelecimentos de pequenos negócios foram de fato devastados por alguma calamidade. Havendo pequenos negócios que tiveram prejuízos em suas máquinas, equipamentos, mobiliário e/ou em sua estrutura física, recomenda-se que identifiquem esses empresários e os ofereçam imediatamente a solução do Sebraetec de “Adequação de espaços físicos de empresas devastadas por calamidade” e a linha de reembolso para reabertura de pequenos negócios.

No atendimento do Sebraetec será mapeado os danos e prejuízos sofridos, bem como um plano de ação para reabertura do pequeno negócio. Esse serviço é 100% subsidiado pelo Sebrae (70% CSN e 30% CSO). Caso o prestador de serviço do Sebraetec identifique a necessidade de reparos e/ou reposições, o pequeno negócio poderá reembolsar até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a linha de reembolso complementar ao Sebraetec.

Os reembolsos poderão ser utilizados em serviços de reparo e manutenção (conserto de máquinas e equipamentos, serviços de pintura, limpeza, marcenaria, serralheria, obras e serviços de gráfica para reparação de fachadas e de sinalização interna); na aquisição de produtos (tintas e outros produtos de construção civil); e na compra para reposição de equipamentos ou mobiliários danificados (freezer, computador, mobiliários etc.). As informações mais detalhadas sobre como operacionalizar essa linha de reembolso podem ser encontradas a seguir.

www.sebrae.com.br/sebraetec



PERGUNTAS FREQUENTES

Como viabilizar essa atuação no Estado?

O Sebrae/UF deve utilizar alguma iniciativa de atividade de atendimento do programa Cliente em Foco, criando duas ações específicas e exclusivas, com os seguintes nomes e composições financeiras:

- I - “Sebraetec – Serviço tecnológico emergência ou calamidade” – 70% CSN e 30% CSO. Vincular ao produto nacional “Sebraetec” na aba de orçamento.
- II - “Aquisições de bens e serviços – situação de emergência ou calamidade” – 40% CSN, 40% CSO e 20% Empresas. Não vincular ao produto nacional “Sebraetec”.

Qual o papel do Prestador de Serviço Tecnológico (PST) do Sebraetec?

Avaliar a situação da empresa e elaborar um plano de ação para reabertura do estabelecimento, conforme descrito na ficha técnica. Além disso, é responsável por determinar quais itens precisam ser reparados e por prestar as devidas orientações para a empresa ter o reembolso nas aquisições de bens e serviços e também no envio das notas fiscais para o Sebrae/UF.

Quais os bens e serviços que podem ser reembolsados pelos pequenos negócios?

Os reembolsos poderão ser utilizados em serviços de reparo e manutenção (conserto de máquinas e equipamentos, serviços de pintura, limpeza, marcenaria, serralheria, obras e serviços de gráfica para reparação de fachadas e de sinalização interna); na aquisição de produtos (tintas e outros produtos de construção civil); e na compra para reposição de equipamentos ou mobiliários danificados (freezer, computador, mobiliários etc.).

O pequeno negócio pode usar o recurso para trocar máquinas e equipamentos velhos ou para adquirir novas máquinas e equipamentos que ele nunca teve?

Não. O recurso, quando usado para aquisições de bens, deve ser usado exclusivamente para reposição dos mesmos bens que foram danificados. Além disso, a reposição por um novo só deve ser autorizada quando o item danificado não puder mais ser consertado. Caso não tenha conserto, a reposição deve ser por um item similar ao danificado, sendo vedado fazer reposições por bens superiores ao que foi danificado.

Como se dará o reembolso das aquisições de bens e serviços?

O Sebrae/UF deverá criar algum processo, de preferência algum formulário eletrônico, onde o PST irá inserir pelo menos o diagnóstico de quais itens precisavam ser reparados ou adquiridos, as 3 cotações e as notas fiscais dos bens e serviços reparados ou adquiridos bem como as informações financeiras para reembolso das empresas atendidas. É importante destacar que as empresas precisarão seguir critérios de economicidade, podendo ter o reembolso negado caso tenham escolhido propostas mais caras, e a justificativa não tenha sido aceita pelo Sebrae/UF, ou adquirido itens por valores que indiquem superfaturamento.

PERGUNTAS FREQUENTES

É possível envolver parceiros?

Sim. Essa iniciativa pode ajudar toda região retornar à normalidade, em especial se forem priorizadas compras locais. É importante mobilizar associações empresariais, para mobilizar MEIs e pequenos negócios de construção civil (pedreiros, pintores, eletricitas, serralheiros, marceneiros etc.), refrigeração (assistência técnica de refrigeradores etc.), lojas de materiais de construção, entre outros negócios para que eles atuem fornecendo serviços e produtos para as empresas devastadas pela tragédia.

Quais pequenos negócios são elegíveis?

Pequenos negócios que tiveram seus estabelecimentos devastados por tragédias ambientais e que o município tenha decretado situação de emergência e/ou calamidade pública.

É possível o pequeno negócio ser elegível ao reembolso sem ter feito o serviço tecnológico do Sebraetec?

Não. O serviço do Sebraetec que irá determinar os bens e serviços que podem ser adquiridos para a reabertura do pequeno negócio.

A ação de aquisições de bens e serviços é Sebraetec?

Não. A ação de aquisições é uma ação que vai complementar a atuação do Sebraetec. Porém, aquisições de bens e serviços não tecnológicos não se enquadram no Sebraetec.

Como funcionará o fluxo dos pagamentos e reembolsos?

O PST irá receber normalmente pelo valor do serviço tecnológico. Já para as aquisições, o pequeno negócio deverá fazer a compra dos bens e serviços autorizados pelo PST, solicitar as notas fiscais e entregá-las ao PST para que ele solicite o reembolso ao Sebrae/UF. Este irá fazer o depósito direto na conta do pequeno negócio.

Haverá auditoria das aquisições?

É recomendado que o Sebrae/UF contrate uma empresa externa ou utilize a própria auditoria (ou equipe de gestão) para monitorar e visitar as empresas atendidas, bem como os gastos realizados nas aquisições.



Informações de Contato:

Helena Rego

Coordenadora do Núcleo de Simplificação da Unidade de Políticas Públicas

helenarego@sebrae.com.br

(61) 981127700

